

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico
Departamento de Ciências Contábeis

PAULO HENRIQUE SIMAS

**NOTA FISCAL ELETRONICA: VANTAGENS E DESVANTAGENS DE SUA
UTILIZAÇÃO EM SANTA CATARINA- UM ESTUDO DE CASO.**

**Florianópolis
2011**

PAULO HENRIQUE SIMAS

**NOTA FISCAL ELETRONICA: VANTAGENS E DESVANTAGENS DE SUA
UTILIZAÇÃO EM SANTA CATARINA - UM ESTUDO DE CASO.**

Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Contábeis da Universidade
Federal de Santa Catarina como
requisito parcial à obtenção do grau
de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Dr. Sérgio Murilo Petri

**FLORIANÓPOLIS
2011**

PAULO HENRIQUE SIMAS

**NOTA FISCAL ELETRONICA: VANTAGENS E DESVANTAGENS DE SUA
UTILIZAÇÃO EM SANTA CATARINA ; UM ESTUDO DE CASO.**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pelo Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.

Professor(a) Sérgio Murilo Petri, Dr.
Orientador

Professores que compuseram a banca:

Prof. Neri Muller, Msc.

Prof. Luiz Felipe Ferreira, Dr.
Membro

Florianópolis, 02, Dezembro de 2011

DEDICATÓRIA.

*Dedico este trabalho a minha esposa,
aos meus pais, ao meu irmão e ao
meu filho que esta prestes a nascer.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me guiar através das minhas decisões que fizeram com que eu chegasse até aqui, e que nas horas difíceis me iluminou para que seguisse em frente por que um dia valeria a pena.

Agradeço aos meus pais José Paulo Simas e Margarida da Silveira Simas, que sempre me incentivaram e acreditaram nos meus passos, e não mediram esforços para me ajudar de todas as maneiras para poder chegar até aqui.

Agradeço a minha esposa Andréia que me incentivou e me apoiou nos momentos difíceis por qual passamos durante esta caminhada, mas nunca deixou que eu desistisse de lutar.

Agradeço ao meu filho Guilherme que está para nascer, e já é um dos meus maiores motivadores para lutar sempre.

Agradeço a meu irmão Fernando que também sempre me incentivou, ao meu padrinho Jonas e a minha Madrinha Bernadete que estão presentes em minha vida e muito colaboraram nesta caminhada, a todos os meus familiares que acreditaram em mim.

Agradeço a todos os amigos que conheci no curso que de uma forma ou de outra me passaram alguns ensinamentos, além de apoio em algumas horas.

Agradeço a todos os professores, os quais me passaram conhecimentos técnicos e alguns ensinamentos de vida que vou levar comigo para sempre.

Agradeço ao professor Alexandre Zoldan, que iniciou o processo de conclusão comigo e que sempre me atendeu e me orientou em minhas dúvidas, agradeço também ao meu orientador Sérgio Petri, que muito contribuiu para a conclusão desta etapa.

Agradeço aos respondentes desta pesquisa que foram prontamente me atenderam, e responderam a todos os meus questionamentos.

Só tenho a dizer a todos meu MUITO OBRIGADO.

RESUMO

SIMAS, Paulo Henrique. *Nota Fiscal Eletrônica: Vantagens E Desvantagens De Sua Utilização Em Santa Catarina - Um Estudo De Caso.*

Monografia (Curso de Ciências Contábeis) Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina , Florianópolis/SC , 2011.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar quais as reais vantagens e desvantagens da implantação e uso da nota fiscal eletrônica, especificamente em uma concessionária de serviços públicos em Santa Catarina, comparando com os benefícios esperados que informa o Governo através do projeto do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), tratando particularmente nesta pesquisa sobre um dos três sub-projetos que tem a denominação de nota fiscal eletrônica. Trata-se de um estudo de caso no qual foram analisadas as vantagens e desvantagens obtidas, com base na fundamentação teórica e na aplicação de um questionário, que avalia sobre aspectos da implantação da nota fiscal eletrônica, através de questionamentos sobre como era o processo anterior, quais os motivos da decisão pelo uso da nota fiscal eletrônica, como foi a implementação, também questionamentos sobre a utilização bem como sobre os impactos gerados. Também foram apresentados nesta pesquisa benefícios previstos pelo governo para comparação dos resultados. Pode-se concluir que muitas vantagens previstas como benefícios pelo Fisco ocorreram, além de vantagens que não eram esperadas, mas também foram observadas algumas desvantagens.

Palavras- chave: Nota Fiscal Eletrônica. Impactos. Sistema Público de Escrituração Digital.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Emissão Normal.....	26
Figura 2 Consulta a NF-e	26
Figura 3 Emissão e Transmissão da NF-e	28
Figura 4 Consulta NF-e pela internet	29
Figura 5 Envio NF-e para Receita Federal e outra SEFAZ	30
Figura 6 Confirmação e Recebimento via “web service”.....	30

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 Benefícios Esperados x Obtidos.....44

SIGLAS

AIDF – Autorização de Impressão de Documentos Fiscais
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DANF-E – Documento Auxiliar da NF-e
ERP - Enterprise Resource Planning
ECD – Escrituração Contábil Digital
EFD – Escrituração Fiscal Digital.
ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviço de transporte intermunicipal Interestadual e de Comunicação.
IPI – Imposto Sobre Produto Industrializado
NF-e – Nota Fiscal Eletrônica
NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade
NFA-e -Nota Fiscal Avulsa Eletrônica
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal
SEFAZ – Secretaria do Estado da Fazenda
SPED – Sistema Público de Escrituração Digital
SINIEF – Sistema Integrado de Informações Sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços
XML – Extensible Markup Language

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	12
1.2 OBJETIVOS.....	13
1.2.1 Objetivo geral.....	13
1.2.2 Objetivos específicos.....	13
1.3 JUSTIFICATIVA.....	13
1.4 METODOLOGIA.....	14
1.5 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	15
1.6 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO.....	15
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
2.1 A TECNOLOGIA NAS EMPRESAS	17
2.2 SISTEMA DE INFORMAÇÃO	18
2.3 SISTEMAS DE ERP	19
2.4 ESCRITURAÇÃO	19
2.5 NOTA FISCAL	20
2.6 NOTA FISCAL ELETRÔNICA	22
2.6.1 PROJETO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA.....	23
2.6.2 A JUSTIFICATIVA PARA EXECUÇÃO DA NF-E.....	24
2.6.3 NOTA FISCAL ELETRÔNICA CONCEITO	25
2.6.4 NOTA FISCAL ELETRÔNICA CARACTERÍSTICAS.	25
2.6.5 OPERACIONALIZAÇÃO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA	26
2.6.6 BENEFÍCIOS ESPERADOS COM A NF-e	31
2.2 ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED	33
2.2.1 OBJETIVO DO SPED	33
2.2.2 BENEFÍCIOS ESPERADOS DO SPED	33
2.2.3 ABRANGÊNCIA.....	33
3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	36
3.1 EMPRESA	36
3.2 APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO	36
3.2.1 PROCESSO ANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA	36
3.2.2 DECISÃO PELO USO DA NF-e	37
3.2.3 IMPLEMENTAÇÃO DA NF-E	38
3.2.4 UTILIZAÇÃO DA NF-e	39
3.2.5 IMPACTOS NA UTILIZAÇÃO DA NF-e	40
3.2.6 VANTAGENS E DESVANTAGENS	41
3.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS	41
4. CONCLUSÃO	44
4.1 QUANTO A PESQUISA	44
4.2 ALCANCE DOS OBJETIVOS	45
4.3 LIMITAÇÕES	46
4.4 RECOMENDAÇÕES	46
REFERÊNCIAS	47
APÊNDICE.....	49
ANEXO	50

1 INTRODUÇÃO

A nota fiscal eletrônica – NF-e foi desenvolvida para que as operações de compras e vendas de mercadorias ou prestações de serviços sejam registradas de forma mais rápida e segura, diminuindo a burocracia e aumentando a fiscalização para tentar combater estas operações de formas ilícitas.

Em um momento que a tecnologia da informação está cada vez mais necessária e quase obrigatória para as empresas que tomam decisões com base em registros em banco de dados digitais, e para isso procuram cada vez mais se aperfeiçoar suas bases de informações, tanto na área pública como na área privadas, ainda existe um processo burocrático e lento de controle operações de compra e venda de produtos e serviços, no que diz respeito à emissão da nota fiscal de papel.

Devido a necessidade da impressão da nota fiscal do modelo tradicional juntamente com o grande volume de informações produzidas diariamente Mesmo com a utilização de sistemas gerenciais informatizados, o fisco tem dificuldade para fiscalizar.

Visivelmente este processo burocrático e manual, está mais suscetível a erros de informações, assim como mais aberto a possíveis atos ilícitos com troca ou omissão de informações. Através da nota fiscal eletrônica (NF-e) tenta-se melhorar este processo conforme divulga o Ministério da Fazenda,

o portal da nota fiscal eletrônica que traz a informação que o projeto da NF-e tem como objetivo a implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico que venha a substituir a sistemática atual de emissão da nota fiscal em papel, com validade jurídica garantida pela assinatura digital do remetente, simplificando as obrigações acessórias dos contribuintes e permitindo ao mesmo tempo acompanhamento em tempo real das operações comerciais pelo Fisco.

As empresas, tanto públicas como privadas, estão em um processo de migração de seus procedimentos de registros de suas operações informatizadas para o processo digital, trazendo assim eficiência e rapidez nos processos de operações comerciais. A intenção da implantação deste sistema digital é trazer, em especial para o fisco, além da melhoria dos processos como a emissão de nota fiscal, uma forma eficaz de fiscalização das operações comerciais tentando combater a sonegação de impostos.

Através desta pesquisa este trabalho tenta mostrar as reais vantagens e desvantagens, desta implantação em uma concessionária pública de distribuição de produto em Santa Catarina.

1.1 TEMA E PROBLEMA

A contabilidade, ou os registros contábeis das operações comerciais, esta cada vez mais voltada para os registros em meios digitais. Com isso o governo vê na NF-e, o caminho para o acompanhamento deste processo.

A nova redação dada pelo AJUSTE SINIEF 15/10 com efeitos a partir de 01.02.11 fala que (SECRETARIA DA FAZENDA 2011).

“cláusula primeira Fica instituída a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, que poderá ser utilizada pelos contribuintes do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI ou Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS em substituição:

I - à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A;

II - à Nota Fiscal de Produtor, modelo 4.”

Assim como considera no §1º:

“Considera-se Nota Fiscal Eletrônica - NF-e o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador.”

A implantação da NF-e, pelo Estado, é uma forma de tornar mais eficiente o processo burocrático de fiscalização que existe atualmente nas operações comerciais e a tentativa de aperfeiçoar a fiscalização e controle de pagamento de impostos, obrigações acessórias, redução de custo e minimização de tempo e também para que o governo consiga fiscalizar quase que em tempo real o processo em meio digital, desde o registro NF-e pelo vendedor até o registro de entrada pelo comprador, através da Secretária da Fazenda.

A informação digital parece ser um caminho sem volta, tanto no país como mundialmente, é uma tendência do século XVI, devido ao numero cada vez maior de informações, ficará cada vez mais difícil o processamento destas informações, se não existir um método de registro rápido e eficiente no processo dos dados obtidos, para que se possa tomar decisões com base nestes resultados subsequentemente.

Desta maneira o governo criou o projeto do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que é composto de três grandes subprojetos; Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Fiscal Digital (EFD) e a nota fiscal eletrônica (NF-e), Ministério da Fazenda (2011).

Diante disso faz-se o seguinte questionamento: Quais as vantagens e desvantagens do uso da Nota Fiscal Eletrônica em uma concessionária de serviços públicos em Santa Catarina ?

1. 2 OBJETIVOS

O objetivo da pesquisa é descrever através de um estudo de caso as vantagens e desvantagens da implantação da Nota Fiscal Eletrônica.

1.2.1 Objetivo Geral

Para responder o proposto questionamento esta pesquisa tem o objetivo de verificar quais as vantagens e desvantagens da implantação da Nota Fiscal Eletrônica em uma concessionária de serviços público de Santa Catarina.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para alcançar os obeitivos gerais são necessários os seguintes objetivos específicos:

- a) Apresentar os conceitos da nota fiscal eletrônica.
- b) Analisar a diferença entre o sistema manual de emissão de nota fiscal e novo sistema digital de emissão da NF-e.

- c) Apresentar as vantagens e desvantagens do uso da NF-e, em uma empresa concessionária de serviços públicos de Santa Catarina, assim como demonstrar impactos na operacionalidade e no desempenho da empresa.

1.3 JUSTIFICATIVA

Essa pesquisa serve para demonstrar o impacto tanto positivo como negativo do momento de transição do processo informatizado de emissão de notas fiscais, que passam de registros burocráticos a registros ou escriturações digitais, que tem o objetivo de serem eficientes, para modernizar o processo de operações comerciais, trazendo maior poder de fiscalização aos órgãos públicos responsáveis.

A eminência tecnológica que nos cerca também chega de forma abrangente às organizações, e o Estado tem um processo sistemático que tenta ser interligado e fiscalizador, porém ainda está distante de ser um processo rápido, notado essa defasagem do processo e o avanço tecnológico, o Estado vê na NF-e, um grande passo para a eficácia da fiscalização e ao cumprimento de normas e obrigações tributárias, ou seja um controle quase que em tempo real da operações comerciais, em meio digital.

Diante disso esta pesquisa procura demonstrar em um estudo de caso específico como está funcionando e quais os resultados da implantação da NF-e, trazendo a informação das dificuldades de operacionalização, implantação, assim como as decisões e resultados obtidos como aumento ou diminuição de eficiência dos processos de operações comerciais com o uso da NF-e.

1.4 METODOLOGIA

Nesta pesquisa foram usadas técnicas de coleta de dados e análise dos resultados.

Segundo Beuren et. al (2010), a pesquisa estudo de caso caracteriza-se principalmente pelo estudo concentrado de um único caso.

Quanto à classificação, trata-se de uma pesquisa descritiva que segundo Oliveira (2003) são “pesquisas empíricas cuja principal finalidade é o delineamento ou

análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas ou o isolamento de variáveis principais ou chave”. Trata-se de uma pesquisa que descreve o processo de implantação da NF-e, assim como as reais vantagens e desvantagens trazidos pelos resultados da implantação. Também se trata de uma pesquisa exploratória, pois formula questões que possam identificar novas situações sobre o assunto de que trata a pesquisa Oliveira (2003).

Sobre os meios esta pesquisa classifica-se como bibliográfica e estudo de caso, de uma empresa que emite e recebe NF-e, pois foram pesquisados assuntos de impactos da NF-e, e estudo de caso por ter sido feito um estudo de resultados na empresa analisada.

Segundo Oliveira (2003) “fontes bibliográficas fornecem ao pesquisador exigindo manipulação e análises diferenciada. Caracterizam-se como fontes desses tipos imprensa escrita (jornais) [...] publicações livros...”.

Diante da metodologia mencionada acima esta pesquisa feita através de um questionário realizado in loco, autorizado pelo Contador da empresa, visa trazer os resultados da aplicação deste, para análise das vantagens e desvantagens trazidas pela implantação da NF-e.

Para a coleta de dados este questionário foi dividido em cinco etapas, a primeira etapa foi questionado sobre o processo de emissão de notas fiscais antes na nota fiscal eletrônica a segunda etapa trata sobre a Decisão, onde se questiona o motivo para adesão da NF-e, e os benefícios esperados, a terceira etapa questiona-se sobre a Implementação, de como foi o processo de implementação se ocorreram problemas e quais soluções foram realizadas, a quarta etapa faz questionamentos sobre a Utilização, referindo-se sobre benefícios, vantagens e desvantagens percebidas e a quinta etapa, indaga sobre os Impactos percebidos.

1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

O estudo delimita-se a demonstrar as vantagens e desvantagens trazidas pela aplicação da NF-e, aplicada conforme legislação vigente até 31 de julho de 2011 em uma concessionária de serviços públicos de Santa Catarina.

1.6 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

Para melhor compreender e organizar esta pesquisa, está dividida em quatro capítulos, abordando o tema da NF-e sobre resultados obtidos com sua implantação.

No capítulo Um é apresentada a introdução, onde explana resumidamente o conceito da NF-e, em seguida são apresentados o tema e problema que trata do questionamento da pesquisa, o objetivo geral e específico que mostra os aspectos que serão tratados, a justificativa que informa a relevância da pesquisa baseado em um estudo de caso, a metodologia informando os métodos utilizados para a realização da pesquisa e a limitação da pesquisa.

No capítulo Dois trata-se da fundamentação teórica, onde traz conceitos sobre a escrituração digital no Brasil, alguns aspectos da legislação vigente, o processo contábil relativo à emissão e recepção da nota fiscal eletrônica, as dificuldades enfrentadas na implantação do sistema de escrituração digital, as inovações necessárias para o funcionamento deste novo sistema e inovações tecnológicas e os sistemas de informações.

O capítulo Três é um estudo de caso, onde foi realizado um questionário no setor que atua na fiscalização dos setores responsáveis pela emissão e recepção da nota fiscal eletrônica, demonstrando seus resultados.

E no capítulo Quatro tratam-se as conclusões sobre a tecnologia junto a sociedade e ao fisco, o processo de implantação da nota fiscal eletrônica nesta pesquisa, comentários sobre os resultados, limitações desta pesquisa, e considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo são apresentados os principais assuntos relacionados ao tema proposto, assim como a legislação vigente necessária para o entendimento do desenvolvimento da pesquisa. Serão tratados também assuntos sobre tecnologia, como sistema de informações o ERP e a tecnologia no processo de registros contábeis e fiscais, assim como os conceitos, a burocracia dos processos, o projeto do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que é composto de três grandes subprojetos; Escrituração Contábil Digital, Escrituração Fiscal Digital e a NF-e, do qual vai ser tratado particularmente sobre a NF-e.

2.1 TECNOLOGIA NAS EMPRESAS

A tecnologia nas empresas é cada vez mais presente em vários segmentos desde comércio eletrônico a prestação de serviço, não se pode imaginar uma empresa sem nenhum sistema de informação, por mais simples que seja para registrar e armazenar seus atos de atividades comerciais, devido ao grande número de informações produzidas e recebidas, além disso, ainda existem inúmeras operações que devem ser registradas junto ao Fisco.

A tecnologia da informação ajuda a otimizar o tempo gasto com a produção de relatórios e registros de operações, o Fisco de olho em sua volta e para acompanhar o constante crescimento de informações da empresas, traz a suas ferramentas de informação para poder fiscalizar de perto toda essa quantidade de operações, que podemos citar o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), com seu três subprojetos, já mencionados anteriormente, trazendo também mudanças comportamentais, Turban,(2007 p.4), dos profissionais em todas as áreas devido à pressão do mercado com o avanço tecnológico.

O profissional contábil tem que estar preparado para mudanças tecnológicas tanto no meio gerencial e principalmente no que diz respeito à tecnologia que vem sendo implementada pelo Fisco, como a NF-e, pois, além disso, a informática vem para ajudar o trabalho do contador.

Pois não se compara a quantidade de papel e de pessoas necessárias para fazer o trabalho contábil, antes das tecnologias nas empresas, com a atualidade informatizada em que vivemos com a substituição de trabalhos burocráticos e demorada por operações digitais com o surgimento do SPED Contábil e o SPED FISCAL.

2. 2 SISTEMA DE INFORMAÇÃO

O sistema de informação de uma empresa é uma ferramenta fundamental para o gerenciamento de informações e a tomada de decisão.

Pode-se dizer que a finalidade de um sistema de informação é reunir informações para os usuários, denominado SI (Sistema de informação) Segundo Turban (2009 p. 03) “a finalidade dos sistemas de informações é obter as informações certas para as pessoas certas, no momento certo, na quantidade certa e no formato certo”.

Turban (2007, p.04) informa que:

Um sistema de informação (SI) coleta, processa, armazena, analisa e dissemina informações para um fim específico, um sistema de informação baseado em computador (SIBC) é um sistema de informação que usa a tecnologia de computador para realizar algumas ou todas as tarefas pretendidas. Embora nem todos os sistemas de informação sejam computadorizados, a maioria é. Por essa razão o termo “sistema de informação” normalmente é usado como sinônimo de “sistema de informação baseado em computador”.

A reunião destas informações quando preparadas para decisões gerenciais segundo Turban (2007 p.04) são denominadas “SIG (Sistema de informações de Gerenciais) resumem dados e preparam relatórios principalmente para gerentes intermediários, mas algumas vezes, também para gerentes de níveis inferiores”.

Nos setor contábil das empresas existe um volume muito grande de informações, e a necessidade de cumprir obrigações legais em prazos estabelecidos juntamente com o tamanho do volume de informações seria um trabalho muito dispendioso além da necessidade de vários profissionais, dependendo do tamanho da empresa, para gerenciar estas informações sem ajuda de um sistema de informação, sendo assim torna-se quase que indispensável à presença de um sistema de informação dentro de uma empresa.

2.3 SISTEMAS DE ERP

As informações nas empresas existem em vários níveis e setores e muitas vezes estão isoladas dificultando a tomada de decisão, cabe ao gestor unir as informações que foram geradas separadamente e analisa-las em conjunto.

Segundo Turban (2007 p.06), “os sistemas de planejamento de recursos empresariais (ERP) são projetados para corrigir um problema dentro do S.I da área funcional.”.

Com base nisso Turban (2007, p.06) destaca:

Os sistemas de ERP foram uma importante inovação porque os vários Sis de área funcional frequentemente eram desenvolvidos como sistemas independentes e não se comunicavam de modo eficiente (e, algumas vezes, sequer se comunicavam) uns com os outros. Os sistemas de ERP resolvem esse problema integrando intimamente o SI de área funcional através de um banco de dados comum. Desse modo, eles melhoram as comunicações entre as áreas funcionais de uma organização. Por essa razão, os especialistas creditam aos sistemas de ERP o aumento cada vez maior da produtividade organizacional.

O ERP tem como principal objetivo integrar os fluxos de informações dos setores operacionais permitindo uma melhor visualização das informações para tomada de decisão, facilitando a vida dos gestores em todos os níveis de decisão.

2.4 ESCRITURAÇÃO

Apesar de a tecnologia estar ao nosso redor e parece ser indispensável, ainda existem processos que não utilizam todos os benefícios advindos desta nova realidade, no caso da escrituração ainda podemos encontrar processos de operacionalização burocráticos.

Sobre o processo de escrituração, Oliveira (2009,) diz que:

Para levantar e registrar todos os fatos administrativos (contábeis) que ocorrerão em um determinado período, a Contabilidade utiliza a técnica de escrituração. Há diversos processos para escriturar os fatos contábeis, tais como: manual (escrituração manuscrita), maquinizado (efetuado em máquinas datilográficas comuns), mecanizados (efetuados em máquinas apropriadas a escrituração contábil) ou a eletrônica (com emprego de programas específicos de computador). Essa técnica consiste na coleta de lançamento dos documentos que geraram fatos contábeis no Livro Diário, transcrevendo-os, em seguida, para o livro Razão, finalizando, assim, na elaboração do Balancete de Verificação, que permite a confecção dos Demonstrativos Financeiros.

O registro ou histórico destes processos se dá através da documentação contábil Oliveira (2009) informa que:

A coleta da documentação contábil representa ações visando a obter todos os documentos que geraram fatos contábeis. A respeito da documentação contábil, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou na NBC- T-2.2 por meio da Resolução CFC n° 597/85
Que informa:

Documentação contábil é aquela que comprova os fatos que originam lançamentos na escrituração da entidade e compreende todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, de origem interna ou externa, que apoiam ou compõem a escrituração.

Os documentos em papel podem ser digitalizados e armazenados em meio magnético, desde que assinados pelo responsável pela entidade e pelo profissional da contabilidade regularmente

Segunda Oliveira (2009 p.27) Sobre os fatos contábeis estes “deverão gerar algum documento que pode ter sua origem interna em relação à entidade (folha de salário, notas fiscais de vendas, cheques emitidos faturas pagas) ou externa a ela (contas de água, luz etc.)”.

Este processo é lento e burocrático, conseqüentemente leva lentidão ao Fisco, com um volume muito grande para fiscalizar, o Fisco tenta diminuir esta lentidão através do seu projeto da NF-e no Brasil muitas empresas ainda esbarram no alto custo para se ter um sistema de informação gerencial.

2.5 NOTA FISCAL

Para comprovação de venda de mercadoria ou prestação de serviço, obrigatoriamente, o vendedor tem que emitir um documento fiscal conforme informa SEFAZ (2011):

Através deste documento O Fisco apura seus créditos tributários, o consumidor tem garantia de que a compra esta corretamente formalizada e que seus direitos estão assegurados, e a empresa faz prova quando necessário junto a órgãos federais, estaduais e municipais.

De acordo com o art. 33 do anexo 5, do Regulamento do ICMS do Estado de Santa Catarina a nota fiscal deve ser emitida;

- I - antes de iniciada a saída da mercadoria;
 - II - antes da tradição real ou simbólica das mercadorias:
 - a) no caso de transmissão de propriedade de mercadoria ou de título que a represente, quando esta não transitar pelo estabelecimento do transmitente;
 - b) no caso de ulterior transmissão de propriedade de mercadoria que, tendo transitado pelo estabelecimento transmitente, deste tenha saído sem o pagamento do imposto, em decorrência de locação ou de remessa para armazéns gerais ou depósitos fechados;
 - III - quando apurada diferença no estoque de selos especiais de controle, fornecidos ao usuário pelas repartições do fisco Federal, para aplicação em seus produtos;
 - IV - relativamente à entrada de bens ou mercadorias, de acordo com o previsto no art. 40.
- § 1º Na Nota Fiscal emitida no caso de ulterior transmissão de propriedade de mercadoria, deverão ser mencionados o número, a série e a data da Nota Fiscal emitida anteriormente, por ocasião da saída da mercadoria.
- § 2º No caso de mercadoria de procedência estrangeira que, sem entrar em estabelecimento do importador ou arrematante, seja por este remetida a terceiro, deverá o importador ou arrematante emitir Nota Fiscal, com a declaração de que a mercadoria sairá diretamente da repartição federal em que se processou o desembaraço.

Também ainda conforme art. 37 do anexo 5, do Regulamento do ICMS do Estado de Santa Catarina Nota Fiscal será extraída, no mínimo, em quatro vias, que terão a seguinte destinação:

- I - a primeira via acompanhará as mercadorias e será entregue, pelo transportador, ao destinatário;
 - II - a segunda via ficará presa ao bloco, para fins de controle do fisco da unidade da Federação do emitente;
 - III - a terceira via:
 - a) nas operações internas, acompanhará a mercadoria e será retida pelo fisco;
 - b) nas operações interestaduais, acompanhará as mercadorias para fins de controle do fisco na unidade federada de destino;
 - c) nas saídas para o exterior em que o embarque se processe em outra unidade federada, acompanhará as mercadorias para ser entregue ao fisco estadual do local de embarque;
 - IV - a quarta via acompanhará as mercadorias e será retida pelo fisco, quando for o caso.
- § 1º O fisco, ao interceptar as mercadorias em sua movimentação, reterá uma via da Nota Fiscal, mediante visto na primeira via.
- § 2º O contribuinte poderá utilizar cópia reprográfica da primeira via da Nota Fiscal, quando a legislação exigir via adicional, exceto quando esta deva acompanhar o trânsito de mercadoria.
- § 3º Na hipótese de o contribuinte utilizar Nota Fiscal-Fatura e de ser obrigatório o uso de livro copiador, a segunda via será substituída pela folha do referido livro.
- § 4º Poderá ser autorizada a confecção de notas fiscais em três vias, quando o contribuinte realizar exclusivamente operações de saídas internas.

Vale ressaltar que devido à obrigatoriedade legal do uso da NF-e conforme enquadramento de determinadas empresas, ocorreu uma revogação do art. 37 –A assim informada pelo art. 37 do anexo 5, do Regulamento do ICMS do Estado de Santa Catarina:

Art. 37-A – Redação da Alt. 1039, vigente de 11.01.06 a 31.10.07:
Art. 37-A. Os contribuintes enquadrados nos seguintes códigos da Classificação Nacional de Atividade Econômica-Fiscal (CNAE-Fiscal) deverão transmitir eletronicamente os dados consignados na Nota Fiscal à Secretaria de Estado da Fazenda:
I - 16004/01 (Fabricante de Cigarros);
II - 51373/02 (Comércio Atacadista de Cigarros, Cigarrilhas e Charutos); e
III - 51519/01 (Comércio Atacadista de Álcool Carburante, Gasolina e Demais Derivados de Petróleo - Exceto Transportador Retalhista (TRR) e Lubrificantes).
§ 1º A transmissão eletrônica de que trata este artigo deverá ser realizada simultaneamente à emissão da Nota Fiscal impressa, mediante utilização de programa fornecido pela Secretaria de Estado da Fazenda junto à sua página oficial na Internet;

Para uma empresa poder emitir um documento fiscal precisa estar autorizada pela Secretaria de Estado da Fazenda, através da AIDF (Autorização de impressão de documentos Fiscais), conforme informa a Secretaria de Estado da Fazenda;

O Módulo AIDF é parte integrante do sat - Sistema de Administração Tributária. Controla as autorizações para a impressão de documentos fiscais, o uso e a confecção de formulários de segurança bem como o fornecimento de lacres para equipamentos emissores de cupom fiscal.

Trata-se de um serviço destinado às gráficas.

Este processo de emissão de nota fiscal do modelo anterior ao da NF-e ainda está em uso, principalmente por empresas que ainda não estão obrigadas ao uso da NF-e. Processo este que é lento, burocrático factível de erros e além de gerar gastos com impressão e consumo de papel.

2.6. NOTA FISCAL ELETRÔNICA

Para poder acompanhar de perto as operações comerciais o fisco apresenta a NF-e que “surge com o objetivo de possibilitar ao fisco acompanhamento em tempo

real além de simplificar as obrigações acessórias dos contribuintes”. (PORTAL DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 2011)

Conforme destaca o PORTAL DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

A NF-e constitui grande avanço para facilitar a vida do contribuinte e as atividades de fiscalização sobre as operações e prestações sobre o imposto de circulações de mercadorias (ICMS), e pelo imposto sobre produtos industrializados (IPI).

Este projeto tem como objetivo trazer benefícios, para o comércio, e para a administração tributária e a sociedade de modo geral.

2.6.1 PROJETO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

O projeto da NF-e teve início a partir do 1º Encontro Nacional de Administradores Tributários – ENAT - realizado em Salvador nos dias 15 a 17 de julho de 2004.

Conforme o portal da nota fiscal eletrônica que traz a informação que;

O projeto da NF-e tem como objetivo a implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico que venha a substituir a sistemática atual de emissão da nota fiscal em papel, com validade jurídica garantida pela assinatura digital do remetente, simplificando as obrigações acessórias dos contribuintes e permitindo ao mesmo tempo acompanhamento em tempo real das operações comerciais pelo Fisco.

Ainda informa sobre a implantação da NF-e que constitui grande avanço para facilitar as operações tanto do contribuinte como as atividades de fiscalização sobre as operações e prestações sobre o imposto de circulações de mercadorias (ICMS), e pelo imposto sobre produtos industrializados (IPI).

A NF-e surge com o objetivo de possibilitar ao fisco acompanhamento em tempo real além de substituir o modelo tradicional de nota fiscal.

2.6.2 A JUSTIFICATIVA PARA EXECUÇÃO DA NF-E

A justificativa para a criação do projeto e execução da NF-e, conforme informa, o PORTAL DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA (2011).

As administrações tributárias enfrentam o grande desafio de adaptarem-se aos processos de globalização e de digitalização do comércio e das transações entre contribuintes. Os volumes de transações efetuadas e os montantes de recursos movimentados crescem num ritmo intenso e, na mesma proporção, aumentam os custos inerentes à necessidade do Estado de detectar e prevenir a evasão tributária.

No que se refere às administrações tributárias, há a necessidade de despender grandes somas de recursos para captar, tratar, armazenar e disponibilizar informações sobre as operações realizadas pelos contribuintes, administrando um volume de obrigações acessórias que acompanha o surgimento de novas hipóteses de evasão.

De modo geral, o projeto justifica-se pela necessidade de investimento público voltado para a redução da burocracia do comércio e dos entraves administrativos enfrentados pelos empresários do País, exigindo a modernização das administrações tributária nas três esferas de governo.

O projeto prevê ainda o investimento em tecnologia de forma a modernizar o parque tecnológico e os sistemas de informação, ampliando a capacidade de atendimento das unidades administrativas. (PORTAL DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 2011)

Este projeto tem chamado atenção das empresas justamente por seus benefícios anunciados através das suas justificativas, para redução da burocracia redução de custos e otimização de tempo .

2.6.3 NOTA FISCAL ELETRÔNICA CONCEITO

A NF-e é imposta pela legislação para contribuintes por determinação do fisco, que determina prazos para à adoção. A utilização da NF-e, pode ajudar o Estado na administração tributária, com um numero cada vez maior de transações comerciais, há também um aumento do custo para a fiscalização e prevenção da evasão tributária. (PORTAL DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 2011).

As empresas terão que se adaptar a esses conceitos tecnológicos para que possam participar deste processo e conseqüentemente poder usufruir destes benefícios trazidos pela tecnologia.

2.6.4 NOTA FISCAL ELETRÔNICA CARACTERÍSTICAS

O manual de integração do contribuinte da NF-e, de dezembro de 2009, informa que junto à mercadoria existirá uma representação gráfica simplificada da NF-e, intitulada de DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica), em papel comum, em única via que conterà impressos, em destaque, a chave de acesso e o código de barras linear, para facilitar e agilizar a consulta a NF-e na internet para respectiva confirmação de informações pelas unidades fiscais e contribuintes destinatários. (PORTAL DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 2011)

O DANFE trata-se documento auxiliar para consulta da NF-e, pois contém a chave de acesso da NF-e, que permite ao detentor deste documento confirmar a efetiva existência da NF-e, através dos sites das Secretarias de Fazenda Estaduais autorizadas ou Receita Federal. Apesar disso, no primeiro momento de implantação do projeto, o contribuinte destinatário, não emissor de NF-e, poderá escriturar este documento, sendo sua validade ficará vinculada à efetiva existência da NF-e com autorização de uso no Banco Dados das administrações tributárias envolvidas no processo. (PORTAL DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 2011).

O processo de emissão de NF-e tem algumas características das quais os profissionais das empresas que serão envolvidos nestas áreas terão que se atualizar para entender o processo.

2.6.5 OPERACIONALIZAÇÃO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

O processo de operação da NF-e é simples. A empresa que está emitindo a NF-e vai gerar um arquivo eletrônico que contém as informações fiscais, com assinatura digital como garantia das informações geradas pelo emissor. Este arquivo de forma eletrônica trata-se da NF-e, ele é enviado através da internet à SEFAZ (Secretária da

Fazenda), que pré-valida o arquivo e retorna um protocolo de autorização de uso e recebimento, para que possa acontecer o trânsito da mercadoria conforme demonstrado na Figura 1.

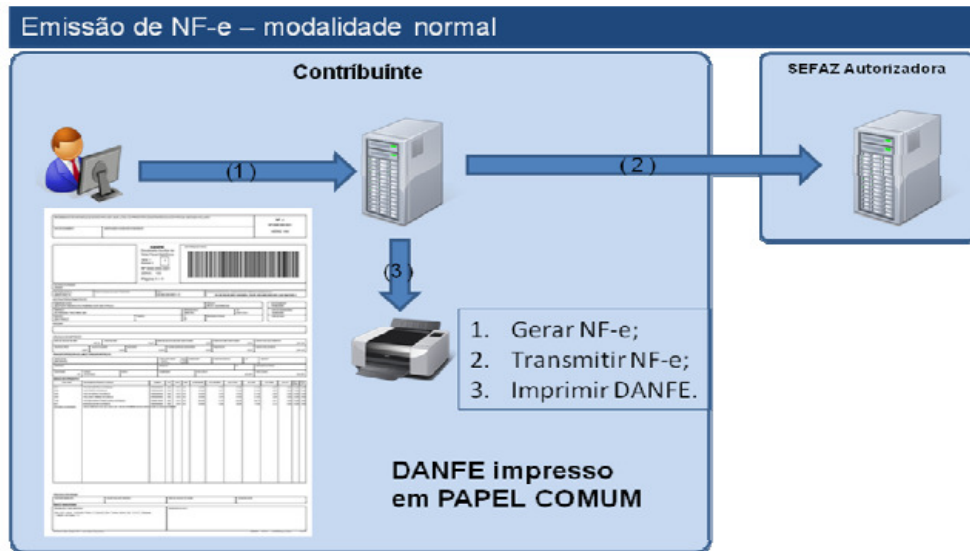


Figura 1: Emissão Normal.

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda (2011)

A NF-e é disponibilizada pela SEFAZ para consultas na internet para interessados, emissores ou destinatários, que podem verificar através da chave de acesso, no site do portal da NF-e. Conforme demonstrado na Figura 2.

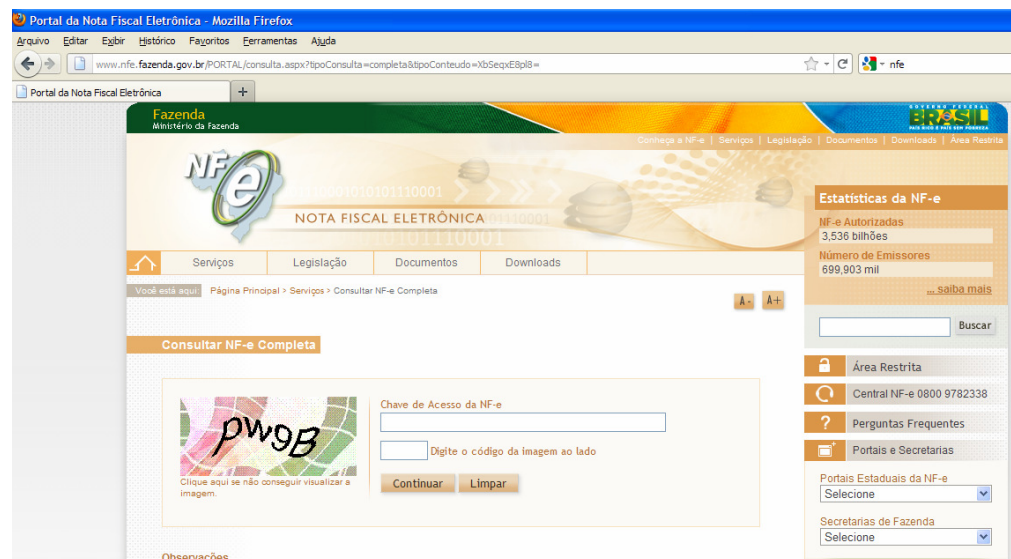


Figura 2: Consulta NF-e

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda (2011)

A SEFAZ transmitirá este arquivo à receita federal e se for uma transação interestadual será transmitida a Secretaria da Fazenda de destino da operação.

Para a circulação da mercadoria terá que ser impressa uma representação da NF-e, que se chama DANFE, conforme mostra o no Manual de Integração do Contribuinte versão 2.0 (2008 pág. 9);

Para acobertar o trânsito da mercadoria será impressa uma representação gráfica simplificada da Nota Fiscal Eletrônica, intitulada DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica), em papel comum, em única via que conterá impressos, em destaque, a chave de acesso e o código de barras linear tomando-se por referência o padrão CODE-128C, para facilitar e agilizar a consulta da NF-e na Internet e a respectiva confirmação de informações pelas unidades fiscais e contribuintes destinatários.

O DANFE não é uma nota fiscal, nem a substitui, servindo apenas como instrumento auxiliar para consulta da NF-e, pois contém a chave de acesso da NF-e, que permite ao detentor desse documento confirmar a efetiva existência da NF-e, através dos sítios das Secretarias de Fazenda Estaduais autorizadas ou Receita Federal. Apesar disso, no primeiro momento de implantação do projeto, o contribuinte destinatário, não emissor de NF-e, poderá escriturar este documento, sendo que sua validade ficará vinculada à efetiva existência da NF-e com autorização de uso no Banco de Dados das administrações tributárias envolvidas no processo.

A transmissão poderá ser feita individualmente, ou seja, uma única NF-e, ou em lotes de NF-e, caso seja feita a transmissão em lote cada NF-e deverá conter a assinatura digital, a SEFAZ após a transmissão realizará a validação automaticamente avaliando, se o emissor está autorizado, a assinatura digital do emitente, não existência da NF-e na base da Secretária da Fazenda, regularidade fiscal do emissor e do receptor. Se nenhuma irregularidade for constatada a SEFAZ armazenará a NF-e e disponibilizará para consulta através do Portal da NF-e, para aqueles que possuem a chave de acesso da NF-e.

Após o recebimento do protocolo de transação, poderá ocorrer à saída da mercadoria, que deverá estar acompanhada do DANFE.

As operações citadas acima apresentam os seguintes processos operacionais:

A figura 3 demonstra o processo de emissão e transmissão da NF-e, que se realiza da seguinte maneira conforme informa a secretaria da fazenda (2011)

Nesta etapa, o contribuinte deverá adaptar seu sistema de emissão de Nota Fiscal de forma a que, após dispor dos dados da operação comercial, possa extraí-los de seu banco de dados e preencher os campos do arquivo da Nota Fiscal Eletrônica. No caso de pequenos e médios contribuintes, será disponibilizada uma aplicação para emissão da NF-e (segunda etapa do projeto).

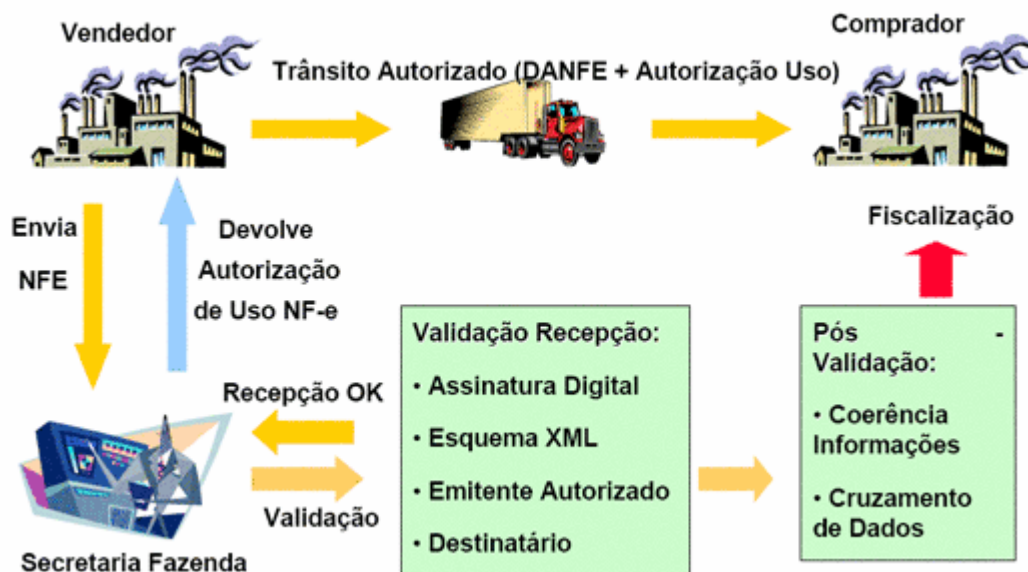


Figura 3 Emissão e transmissão da NF-e
 Fonte: Sefaz.ma.gov.br/NFE/descricao

Após esta etapa o contribuinte aguardará a resposta que ainda informa a Secretaria da Fazenda (2011)

A Secretaria da Fazenda, ao receber a NF-e pela Internet, realizará automaticamente uma validação de recepção, momento no qual serão avaliados eletronicamente os seguintes aspectos:

- emissor autorizado;
- assinatura digital do emitente;
- Integridade (hash code);
- formato dos campos do arquivo (esquema XML);
- regularidade fiscal do emitente;
- regularidade fiscal do destinatário (segunda etapa);
- não existência da NF-e na base de dados da Secretaria da Fazenda (duplicidade);

Se não for detectado nenhum problema na etapa da validação de recepção, a NF-e será recebida e armazenada pela SEFAZ que, simultaneamente, retornará com um protocolo de transação com status “Autorização de Uso” e disponibilizará a NF-e, para consulta pela Internet, pelas partes envolvidas (emitente e destinatário) e aos terceiros legitimamente interessados (aqueles que dispuserem da chave de acesso da NF-e).

Este protocolo de transação, com status “Autorização de Uso” conterá ainda: a identificação da NF-e através de sua chave de acesso; o momento em que a NF-e foi recebida pela SEFAZ (data/hora/minuto/segundo) e um código de protocolo. Opcionalmente este protocolo poderá ser assinado digitalmente pela Secretaria da Fazenda Receptora.

O comprador pode consultar a existência da NF-e, conforme mencionado nesta seção, segundo informa a Secretaria da Fazenda (2011).

A existência de uma NF-e e sua validade poderão ser verificadas através de uma consulta no site da Secretaria de Fazenda da Unidade da Federação de origem do emitente da NF-e, para tanto, será necessário acessar a página da SEFAZ de origem e informar a chave de acesso da NF-e.

A chave de acesso da NF-e, que consta impressa no DANF-e, é composta pelas seguintes informações: CNPJ do emissor; número e série da NF-e; Unidade da Federação do emissor e código de acesso.

Este processo é demonstrado conforme figura 4.

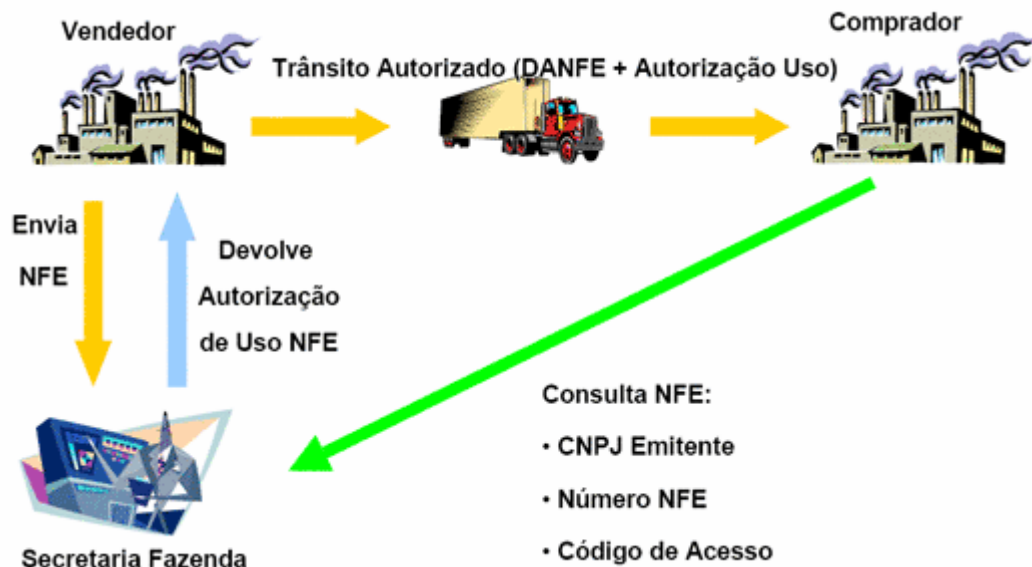


Figura 4 Consulta NF-e pela internet

Fonte: Sefaz.ma.gov.br/NFE/descricao

Após o recebimento pela SEFAZ, a NF-e é transmitida pela a SEFAZ de origem para a Receita Federal do Brasil, conforme demonstrado na figura 5 Secretaria da Fazenda (2011)

A NF-e após ter sido recebida, armazenada na base de dados da SEFAZ e disponibilizada para consulta via Internet, será enviada pela SEFAZ de origem para a Receita Federal do Brasil e, nos casos de operações interestaduais, para a Secretaria da Fazenda do Estado de destino das mercadorias, via Rede de Informações Sintegra (RIS). Dessa forma, tratando-se de operações interestaduais, os Postos Fiscais de Fronteira receberão a informação prévia da NF-e, eliminando-se, assim, a necessidade atual de digitação de notas fiscais, facilitando o controle do Fisco e reduzindo o tempo gasto pelo contribuinte nestas repartições. A NF-e será transmitida para a Sefaz da Unidade Federada de embarque das mercadorias, tratando-se de exportação de mercadorias através de portos ou aeroportos não situados na UF da circunscrição do emitente da Nota Fiscal;

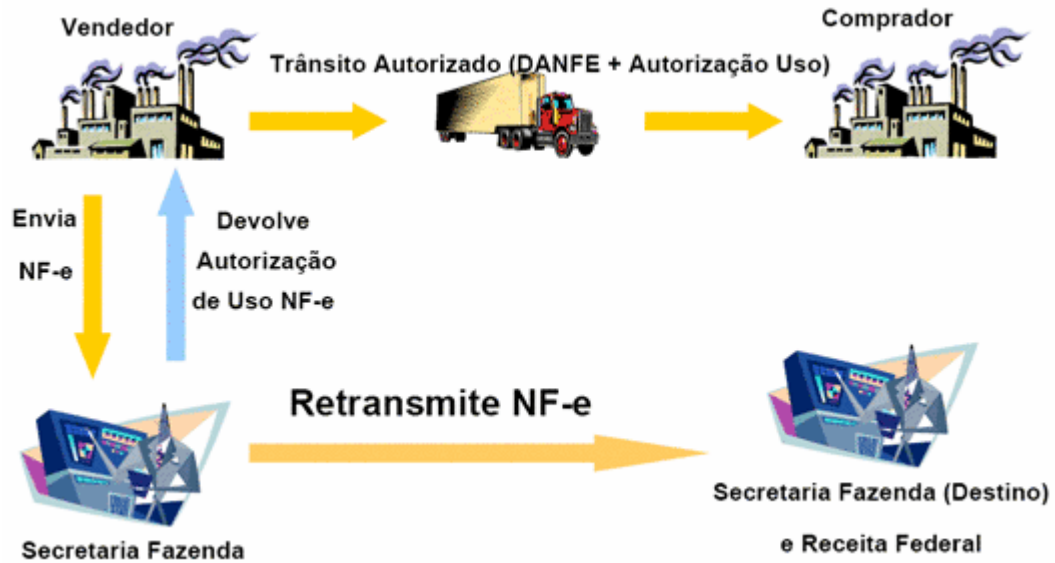


Figura 5 Envio NF-e para Receita Federal e outra Sefaz

Fonte: Sefaz.ma.gov.br/NFE/descricao

O projeto da NF-e prevê que a confirmação de recebimento do destinatário poderá ser realizada de duas formas: de forma manual no site da Sefaz, com o contribuinte destinatário identificando-se pelo controle de acesso ou, de forma eletrônica, através de tecnologia “web service”. Secretaria da Fazenda (2011).

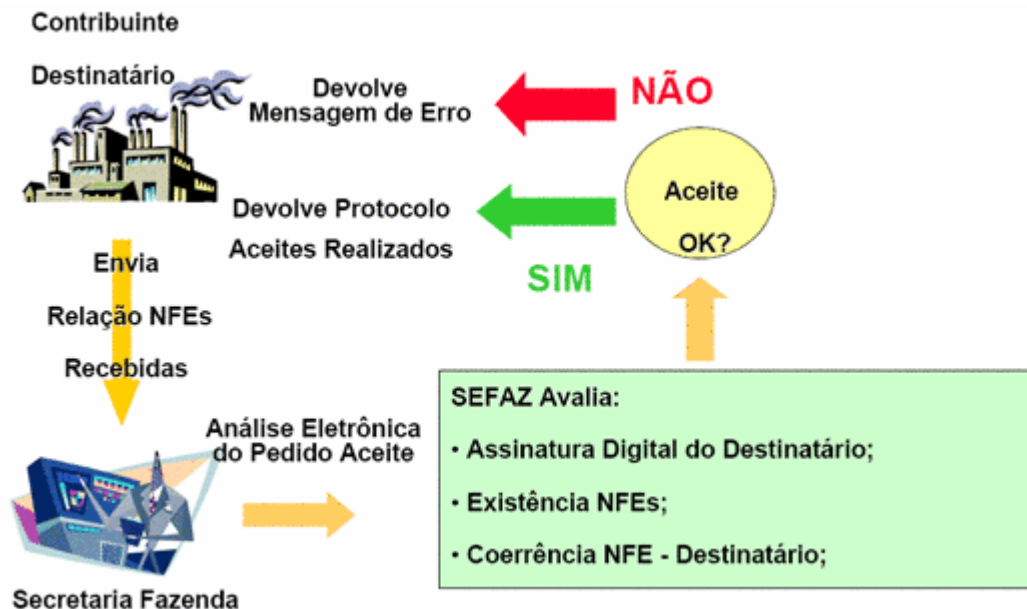


Figura 6 Confirmação Recebimento via “web service”

Fonte: Sefaz.ma.gov.br/NFE/descricao

O processo de envio da NF-e tem várias etapas que analisando-as passo a passo, nos parece ser um processo lento e demorado porém por se tratar de uma operação quase exclusivamente eletrônica, trata-se de operação rápida.

2.6.6 BENEFÍCIOS ESPERADOS COM A NF-e

O projeto da NF-e para o país tem o objetivo de trazer benefícios para o governo, administração tributária, para empresas e para a sociedade.

Benefícios para as Administrações Tributárias, conforme informa o PORTAL DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA (2011):

- Aumento na confiabilidade da Nota Fiscal;
- Melhoria no processo de controle fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos;
- Redução de custos no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização de mercadorias em trânsito;
- Diminuição da sonegação e aumento da arrecadação;
- Suporte aos projetos de escrituração eletrônica contábil e fiscal da Secretaria da RFB (Sistema Público de Escrituração Digital / SPED).

Este processo diminuirá o tempo para a operação de envio e recebimento de documentos fiscais através de arquivos digitais, e como a administração tributária exercerá um maior controle sobre estas operações trará um aumento na confiabilidade, com isso também vai dificultar atitudes ilícitas ou fraudulentas, trazendo assim os benefícios esperados pelo uso da NF-e.

Benefícios para a Sociedade conforme informa o PORTAL DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA (2011):

- Redução do consumo de papel, com impacto positivo no meio ambiente;
- Incentivo ao comércio eletrônico e ao uso de novas tecnologias;
- Padronização dos relacionamentos eletrônicos entre empresas;
- Surgimento de oportunidades de negócios e empregos na prestação de serviços ligados à Nota Fiscal Eletrônica.

Para a sociedade como um todo podemos destacar a redução de consumo de papel por uma questão ambiental como um benefício, e algo que indiretamente está

ligado a sociedade, mas por fazer parte do processo operacional, não é percebido é que a agilidade do processo também trará ganho de tempo ao consumidor final.

Benefícios para o Contribuinte Comprador (Receptor da NF-e) conforme informa o PORTAL DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA (2011):

- Eliminação de digitação de notas fiscais na recepção de mercadorias;
- Planejamento de logística de entrega pela recepção antecipada da informação da NF-e;
- Redução de erros de escrituração devido a erros de digitação de notas fiscais;
- Incentivo ao uso de relacionamentos eletrônicos com fornecedores (B2B);

Quanto aos benefícios para o comprador, podemos destacar que a eliminação de digitação de notas fiscais na recepção de mercadoria, proporcionará além do benefícios citados um maior tempo para que este possa dar prioridade ao seu objeto fim e não a operações burocráticas.

Benefícios para o Contribuinte Vendedor (Emissor de NF-e) conforme informa o PORTAL DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA (2011):

- Redução de custos de impressão;
- Redução de custos de aquisição de papel;
- Redução de custos de envio do documento fiscal;
- Redução de custos de armazenagem de documentos fiscais;
- Simplificação de obrigações acessórias, como dispensa de AIDF;
- Redução de tempo de parada de caminhões em Postos Fiscais de Fronteira;
- Incentivo a uso de relacionamentos eletrônicos com clientes

Analisando os benefícios previstos, pode-se dizer que a tecnologia além de um avanço para as empresas com retornos positivos vai gerar também benefícios para sociedade como um todo.

2.7 ESCRITURAÇÃO DIGITAL - SPED

A NF-e é um dos três grandes projetos instituído pelo decreto nº 6.022 de 22 de Janeiro de 2007, chamado de Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), conforme informa a receita federal do brasil (2011), e faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC), trata-se de mais um avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes.

Conforme a apresentação do Ministério da Fazenda diz que de modo geral, o SPED consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital. (BRASIL.MINISTERIO DA FAZENDA.2011)

2.7.1 OBJETIVO DO SPED

O SPED tem como objetivos, entre outros segundo o Ministério da Fazenda (2011).

- Promover à integração dos fiscos, mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas as restrições legais.
- Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, com o estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores.
- Tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.

Na opinião do autor o SPED é uma forma de integralizar padronizar e dar agilidade ao processamento de informações obtidas pelo Fisco, fazendo o cruzamento de informações obtidas de modo rápido aumentando o seu poder de fiscalização.

2.7.2 BENEFÍCIOS ESPERADOS DO SPED

Os benefícios esperados pelo SPED são, segundo o Ministério da Fazenda (2011);

- Redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel;
- Eliminação do papel;
- Redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias;

- Uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas;
- Redução do envolvimento involuntário em práticas fraudulentas;
- Redução do tempo despendido com a presença de auditores fiscais nas instalações do contribuinte;
- Simplificação e agilização dos procedimentos sujeitos ao controle da administração tributária (comércio exterior, regimes especiais e trânsito entre unidades da federação);
- Fortalecimento do controle e da fiscalização por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias;
- Rapidez no acesso às informações;
- Aumento da produtividade do auditor através da eliminação dos passos para coleta dos arquivos;
- Possibilidade de troca de informações entre os próprios contribuintes a partir de um leiaute padrão;
- Redução de custos administrativos;
- Melhoria da qualidade da informação;
- Possibilidade de cruzamento entre os dados contábeis e os fiscais;
- Disponibilidade de cópias autênticas e válidas da escrituração para usos distintos e concomitantes;
- Redução do “Custo Brasil”;
- Aperfeiçoamento do combate à sonegação;
- Preservação do meio ambiente pela redução do consumo de papel.

Além da integração já citada anteriormente, pode-se destacar que os impactos para sociedade como um todo serão muitos, analisando o numero de empresas que passarão a optar por meios digitais de registro de operações comerciais, trazendo redução de custos, redução de tempo gasto nas operações, aumento de confiabilidade, aumento de produtividade, e por parte do Fisco o aumento sobre o controle destas operações efetivando o combate contra fraude e sonegações fiscais.

2.7.3 ABRANGÊNCIA

A abrangência do SPED se dá em vários níveis de atuação do fisco, que são SPED Contábil, FCONT, SPED Fiscal, EFD-PIS COFINS, NF-e – Ambiente Nacional, NFS-e, CT-e , Central de Balanços, e-Lalur e EFD- social.

Onde se destaca, para esta pesquisa sobre a o Ministério da Fazenda (2011);

NF-e – Ambiente Nacional: Que o Projeto Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) está sendo desenvolvido, de forma integrada, pelas Secretarias de Fazenda dos Estados e Receita Federal do Brasil, a partir da assinatura do Protocolo ENAT 03/2005, de 27/08/2005, que atribui ao Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores

Tributários Estaduais (ENCAT) a coordenação e a responsabilidade pelo desenvolvimento e implantação do Projeto NF-e.

E também a NFS-e: que se trata do Projeto Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) que está sendo desenvolvido de forma integrada, pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), atendendo o Protocolo de Cooperação ENAT nº 02, de 7 de dezembro de 2007, que atribuiu a coordenação e a responsabilidade pelo desenvolvimento e implantação do Projeto da NFS-e.

A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) é um documento de existência digital, gerado e armazenado eletronicamente em Ambiente Nacional pela RFB, pela prefeitura ou por outra entidade conveniada, para documentar as operações de prestação de serviços.

Esse projeto visa o benefício das administrações tributárias padronizando e melhorando a qualidade das informações, racionalizando os custos e gerando maior eficácia, bem como o aumento da competitividade das empresas brasileiras pela racionalização das obrigações acessórias (redução do custo-Brasil), em especial a dispensa da emissão e guarda de documentos em papel.

3. APRESENTAÇÃO ANÁLISES DOS RESULTADOS

Esta pesquisa foi realizada para verificar quais as vantagens e desvantagens do uso da NF-e, através de questionário aplicado a um profissional contábil da empresa estudada que além de suas funções atribuídas como contador, atua na fiscalização de operações fiscais e contábeis dentro da empresa que são realizadas por outros setores.

Devido a não autorização de divulgação do nome da empresa, será denominado como nome fictício de empresa Beta, para facilitar na apresentação dos resultados.

3.1 EMPRESA

A Empresa Beta é uma concessionária de serviços públicos, criada em 1994, e que atua como sociedade de economia mista prestando serviços de comércio e distribuição de produtos liquefeitos de petróleo, somente em Santa Catarina, onde detém concessão de 50 anos para exploração deste serviço. Em 2010 teve um lucro líquido de R\$ 81.623.497.

3.2 APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Este questionário foi elaborado conforme a metodologia utilizada, aplicado um questionário com vinte e duas questões de forma abertas as quais foram prontamente respondidas pelo respondente e transcrito nesta pesquisa.

3.2.1 PROCESSO ANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA

Para comparar as vantagens e desvantagens da NF-e também foram elaboradas três perguntas sobre o processo de emissão da nota fiscal anterior ao da NF-e e foram respondidos que se davam da seguinte forma; até a data de 30 de junho de 2010 seu

processo de emissão de nota era manual, seguindo a legislação vigente da época, emitia-se nota fiscal de venda de produto em formulário contínuo devidamente aprovadas pelo FISCO. A empresa possuía um regime especial de emissão de notas fiscais podendo emitir as notas fiscais com todas as informações da nota inseridas no layout do seu sistema de ERP, não havendo a necessidade de utilização de notas fiscais impressas em gráficas.

Apesar de ainda não utilizar o sistema de nota fiscal eletrônica, a empresa já utilizava um sistema integrado de gestão empresarial, mais conhecido como ERP (Enterprise Resource Planning), um sistema que integra todos os dados e processos de uma organização em único sistema, no qual emitia suas notas fiscais.

Sobre o processo de emissão de notas fiscais o mesmo era feito em dois setores, no setor de almoxarifado para itens de material de expediente e no setor de faturamento onde eram emitidas notas de faturamento. Na ocasião era necessário somente um funcionário em cada setor, totalizando dois funcionários para emissão de notas.

Quanto ao tempo despendido, a empresa emitia notas no final de cada mês com base na medição de fornecimento de seu produto, o tempo de preenchimento via sistema levava em torno de cinco a dez minutos.

3.2.2 DECISÃO PELO USO DA NF-e

A Empresa BETA é uma empresa de economia mista concessionária de serviços públicos, segundo Kohama (2010) trata-se de uma

Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade de economia mista submete-se apenas às normas do Direito Público quando a Constituição determinar, ou quando tiver disposição legal específica.

Com base neste conceito a opção pelo uso da NF-e veio através da obrigação legal, seguindo o protocolo do ICMS 42, de 3 julho de 2009,(SECRETARIA DA

FAZENDA 2011). Sendo assim a obrigatoriedade do uso da NF-e para empresa em Santa Catarina foi a partir da data de 01° de Julho de 2010.

A empresa fez a opção pela NF-e por obrigação legal, e não por um planejamento, mas os benefícios vistos pela empresa para a utilização da NF-e, foram agilidade na emissão da nota fiscal eletrônica, o tempo em relação ao modelo antigo teve pouca variação, se o processo antigo levava de cinco a dez minutos para ficar pronta a NF-e leva de um a dois minutos, apesar de ser um tempo pouco expressivo, pode-se dizer que houve uma redução de tempo do processo levando em consideração a quantidade de notas fiscais emitidas durante um período. Previa-se uma expressiva redução de numero de impressões de notas fiscais em papel, assim obter-se-ia redução de consumo de papel, consumo de tinta e tonner para impressoras também a redução de espaço para armazenamento para caixas de formulários contínuos para impressão da nota fiscais modelo anterior ao da NF-e.

3.2.3 IMPLEMENTAÇÃO DA NF-E

No planejamento de implantação da NF-e a empresa BETA viu a necessidade de customizar seu ERP adequando o layout de seu sistema ao sistema projetado pelo SEFAZ da NF-e. Para isso os profissionais contábeis da empresa, tiveram que ser atualizar e aprofundar seu conhecimento na legislação da NF-e assim como em todo o processo de uso da NF-e.

Na implementação da NF-e ao sistema de ERP próprio, a empresa solicitou consultoria externa de uma empresa de ERP, realizando as customizações necessárias ao sistema. Também foi necessária a contratação de outra empresa de consultoria para criação de um sistema on-line para armazenamento de informações digitais.

No processo de instalação da NF-e o primeiro passo a tomar pela empresa para o processo de instalação da NF-e, foi verificar inconsistência em relação a dados cadastrais de fornecedores e de clientes, pois qualquer dado incorreto de um deste gera recusa no recebimento ou envio de arquivos digitais para a SEFAZ. Paralelamente ocorreu a customização do sistema de ERP para atender às exigências da NF-e, que demandou um período de cinco meses, executado pela empresa que dá suporte ao ERP

sob orientação do Setor Contábil orientando sobre informações do processo da NF-e conforme determina a lei e opções para implementação no sistema, houve também a solicitação de criação de um sistema on-line de armazenamento de arquivos digitais, no quais são armazenados todos os arquivos XML que trata-se das NF-e , através de uma empresa de consultoria externa, a empresa Beta paga uma mensalidade a uma empresa externa para que esta armazene todos os seus arquivos digitais referente, ou seja as NF-e. A empresa conseguiu terminar sua customização ao seu ERP um mês antes da data da obrigatoriedade legal determinada.

Também ocorreram problemas durante a implementação da NF-e, para o cadastro de clientes foi demandado uma força tarefa de cinquenta horas dos colaboradores internos, para poder atualizar e corrigir todas as informações necessárias no cadastro dos clientes, pois qualquer inconsistência em algumas destas informações gera recusa pela SEFAZ no processo de emissão do documento digital. As adequações ao ERP, tiveram um custo elevado, sendo que o consultor da empresa de suporte ao ERP, teve que ficar mais de um mês na empresa e os profissionais da área contábil tiveram que se atualizar referente à legislação e o processo operacional de uso da NF-e.

Para operacionalização da NF-e, segundo o respondente os profissionais da área contábil se atualizaram referente à legislação e o processo operacional de uso da NF-e e deram treinamento de todas estas informações aos colaboradores do Setor de Faturamento e do Setor de Almoxarifado, orientando o preenchimento da NF-e.

Informa o respondente que assim como toda mudança gera resistência, também ocorreram em alguns momentos resistências por parte dos colaboradores, que foram resolvidas através de argumentos legais, informando que por se tratar de mudanças que estão definidas na Lei, a empresa será obrigada a cumprir além de seguir a política da empresa de trabalhar corretamente conforme a lei.

3.2.4 UTILIZAÇÃO DA NF-e

Referente se os benefícios esperados ocorreram após a implementação da NF-e, o respondente disse que sim, que a transformação do processo da nota fiscal em

formulários contínuos, para o processo de emissão em meio digital, ocasionou maior eficiência na emissão e envio de notas fiscais em meio digital.

Também indicou que foram observadas vantagens não esperadas, uma delas foi o tempo de respostas da SEFAZ que se imaginava uma resposta lenta, mas na utilização de envio e de resposta leva-se segundos outra vantagem foi o envio do DANF-E, por e-mail aos clientes, neste caso foi um acordo da empresa BETA com seus clientes. Somente na impossibilidade de o cliente ter acesso a meios eletrônicos que era impresso o DANF-E e enviado via correspondência.

Quanto às desvantagens do uso da NF-e o respondente pôde indicar alguns fatos, como custo elevado para parametrização de dados, e apesar de a empresa ter uma política de atuar corretamente perante a lei, o envio de informações de modo on-line a SEFAZ deixou o FISCO com um maior controle de fiscalização sobre a empresa quase que em tempo real.

Sobre as expectativas de modo geral da empresa o respondente informou que foram atendidas, transformando o processo informatizado de emissão de nota fiscal para o processo em meio digital, que atendeu as expectativas trazendo vantagens como eficiência no processo de envio de notas fiscais, redução de consumo de papel, redução de espaço para armazenamento de documentos fiscais.

3.2.5 IMPACTOS NA UTILIZAÇÃO DA NF-e

Segundo o respondente foi possível observar melhora de desempenho dos setores envolvidos no processo de utilização da NF-e. Devido à emissão incorreta da NF-e não ser validada pela SEFAZ, houve redução de erros de emissão tanto no setor de Faturamento como no setor de Almoxarifado que são os setores que fazem a emissão da NF-e, assim como redução no tempo despendido na emissão de documentos fiscais. Também observou-se maior eficiência nos processos internos, e fortalecimento na troca de informações entre setores que utilizam ou participam no processo da NF-e.

Também informa o respondente que a empresa teve melhora no desempenho geral devido ao uso da NF-e, como redução de custos com papel, redução de custos com impressão redução de custo de armazenamento de documentos fiscais, melhora na

imagem perante aos clientes pelo uso da NF-e, e perante o FISCO atendendo a legislação vigente.

Referente à integração entre fornecedor do produto do objeto de contrato da empresa não houve muita alteração, pois este já utilizava a NF-e. Alguns fornecedores de produtos com valores inferiores a R\$ 8.000,00 que não são de objeto da empresa, não são obrigados a emitir a NF-e para empresa BETA. Acima deste valor somente será efetuada compra com a emissão da NF-e. Os fornecedores que emitem a NF-e totalizam em torno de 95%.

Já a integração com o cliente é a de emissão da NF-e, e envio do DANFe por e-mail, caso algum cliente não possuir correspondência eletrônica, neste caso será emitida a DANF-e em modo impresso em folha de papel A4 em enviada por correspondência ao cliente.

Quanto a maior integração entre a empresa BETA com fornecedores e clientes, o respondente diz que no primeiro momento houve maior contato com fornecedores sobre informações de retorno de arquivos. Quanto aos clientes houve também maior contato no primeiro momento para atualização de dados cadastrais.

3.2.6 VANTAGENS E DESVANTAGENS

Respondendo sobre as principais vantagens do uso da NF-e comparado ao uso do modelo antigo para a empresa, o respondente diz que foram à substituição de papel por meio digital nas operações fiscais, alteração na forma de armazenamento das notas fiscais que eram armazenadas em caixas e necessitavam de espaço físico, agora são armazenadas em meio digital em software on-line.

E sobre as principais desvantagens do uso da NF-e comparado ao uso do modelo antigo para a empresa foi informado pelo respondente que não houve desvantagem.

3.3 ANÁLISES DOS RESULTADOS

Nesta seção os resultados da pesquisa realizada através do questionário aplicado e respondido pelo profissional contábil da empresa BETA, responsável pela fiscalização das operações com a NF-e, serão analisados e divididos conforme metodologia utilizada, reunindo e as informações obtidas.

Quanto a DECISÃO da empresa BETA pela utilização da NF-e, se deu através de obrigação legal, e não por planejamento tributário ou identificação de possíveis vantagens ao aderir a NF-e.

Porém a empresa previa que houvesse uma redução no número de impressões assim como agilidade no processo, o que de fato ocorreu.

Vantagens estas previstas no projeto da NF-e, conforme informado na fundamentação teórica que diz que o projeto da “NF-e traz benefícios para o contribuinte vendedor (Emissor de NF-e), que seriam de redução de custos de impressão, redução de custos de aquisição de papel...”.

Na IMPLEMENTAÇÃO foi analisado a forma de adaptação atendendo as necessidades do uso da NF-e.

Neste processo foi necessária a customização do sistema de ERP da empresa BETA, o que impactou em um custo elevado para todas essas adaptações de layout ao uso da NF-e. Além de demandar um período de cinco meses para implantação, houve também a necessidade da contratação fixa de outra empresa para dar suporte ao armazenamento de arquivos digitais (XML), trazendo um novo custo fixo para empresa. Estes fatos foram identificados pelo profissional respondente como uma desvantagem no uso da NF-e, além de constatarem-se resistências por parte de alguns colaboradores na adaptação ao uso da NF-e e a necessidade da realização de treinamentos para os setores envolvidos na operacionalização da NF-e.

Quanto aos impactos analisados devido ao uso da NF-e, foi identificado na empresa BETA. Houve redução de erros na emissão, também houve redução no tempo despendido na emissão de documentos fiscais. Apesar de pouco relevante se analisado unitariamente, mas pode ser considerado relevante se for totalizado o número de notas emitidas durante o mês que gira em torno de setecentas NF-e, ou durante todo um exercício social.

Também se observou maior eficiência nos processos internos além do fortalecimento de troca de informações, entre setores que fazem parte da operacionalização da NF-e, maior agilidade e integração com fornecedores e clientes através de envio das informações em meio digital.

Quando comparado as desvantagens do processo eletrônico da NF-e , ao processo do modelo antigo de nota fiscal, onde emitia-se notas fiscais através de formulários contínuos porém com a utilização do ERP, com layout já customizado na época, a resposta obtida é que não existem desvantagens. Existe sim algumas desvantagens no processo de implementação da NF-e, conforme mencionado anteriormente, comparando com vantagens do próprio processo da NF-e.

Comparando os benefícios previstos no projeto da NF-e, com os benefícios ocorridos na empresa BETA após a implantação do uso da NF-e, podemos perceber que todos os itens que se aplicam a empresa estudada tiveram o resultado projetado conforme tabela1 abaixo.

Benefícios para o Contribuinte Vendedor (Emissor de NF-e):	Benefício esperado ocorreu na empresa BETA ?
• Redução de custos de impressão;	SIM
• Redução de custos de aquisição de papel;	SIM
• Redução de custos de envio do documento fiscal;	SIM
• Redução de custos de armazenagem de documentos fiscais;	SIM
• Simplificação de obrigações acessórias, como dispensa de AIDF;	SIM
• Redução de tempo de parada de caminhões em Postos Fiscais de Fronteira;	NÃO SE APLICA
• Incentivo a uso de relacionamentos eletrônicos com clientes	SIM

Quadro 1

Fonte: Elaborado pelo autor.

No desempenho geral da empresa houve redução de custos com papel, redução de custos com impressão redução de custo de armazenamento de documentos fiscais, melhora na imagem perante aos clientes pelo uso da NF-e, e perante o FISCO atendendo a legislação vigente além de proporcionar um grande banco de dados atualizado com informações de todos os clientes e fornecedores.

4. CONCLUSÃO

A tecnologia é algo indispensável no período em que vivemos está presente em diversos segmentos da sociedade de pequeno a grande porte, desde comércios pequenos como padarias e outros esta presente cada vez mais no meio acadêmico e não se imagina grandes empresas sem o uso da tecnologia para gerenciar milhares de informações geradas diariamente, além de tudo o uso desta tecnologia como o comércio eletrônico traz inúmeras vantagens tanto para o vendedor como para o comprador, como por exemplo, redução de custo para ambos.

Diante desta eminência tecnológica podemos observar os avanços tecnológicos do Fisco com o projeto e a criação da NF-e, que traz benefícios para sociedade como todo em modo geral, pois podemos ver benefícios para Administração Tributária, para o Contribuinte comprador, para o Contribuinte vendedor que no final também vão resultar benefícios para sociedade.

Com tudo isso o profissional contábil também pode usufruir destes benefícios trazidos pelo sistema de escrituração digital, além de poder trabalhar com maior agilidade com informações mais precisas, com redução de custos, vai ter sua valorização conforme seu nível de conhecimento e domínio da área contábil e tecnológica.

4.1 QUANTO A PESQUISA

Esta pesquisa teve intuito de confrontar as reais vantagens obtidas pela empresa estudada com o uso da nota fiscal eletrônica comparada com os benefícios previstos pelo projeto criado em parceria pela SEFAZ, Receita Federal e ENCAT, e se realmente, depois do processo de implantação, esse benefícios ocorreram, assim como identificar possíveis desvantagens, em relação ao uso da nota fiscal eletrônica e também vantagens e desvantagens comparado ao modelo anterior de emissão de notas fiscais.

Observou-se nesta pesquisa que a NF-e realmente apresentou algumas vantagens para empresa estudada, como eficiência na emissão da nota fiscal eletrônica,

, redução de número de impressões, redução de espaço para armazenamento de documentos fiscais, redução de erros de preenchimento dos dados da NF-e, fortalecimento na troca de informações entre setores que utilizam ou participam no processo operacional da NF-e, melhora na imagem da empresa perante aos clientes pelo uso da NF-e, e perante o FISCO atendendo a legislação vigente além de maior integração com clientes e fornecedores. Foi possível observar vantagens não esperadas, como o tempo de respostas da SEFAZ que se previa demorada, mas na utilização de envio e de resposta é praticamente instantânea, outra vantagem foi o envio da DANF-E por e-mail aos clientes, reduzindo mais ainda o custo de impressão, isto especificamente no caso da empresa pesquisada.

Também foram observadas algumas desvantagens para empresa em questão, como custo elevado de customização, ou seja, a adaptação do seu sistema de informação gerencial ao uso da NF-e, necessidade de contratação de uma empresa de consultoria externa, para a criação de um sistema on-line de armazenamento de arquivos digitais, devido as suas necessidades, treinamento dos colaboradores e maior fiscalização do Fisco sobre as operações da empresa.

Mas pode-se concluir com base nos dados analisados e nas próprias respostas do respondente que a implantação da NF-e apresentou mais vantagens do que desvantagens para empresa, constatando que cada vez mais o avanço tecnológico caminha junto, com o crescimento das empresas, e o Fisco dá um grande passo para poder acompanhar toda essa evolução das informações tecnológicas.

4.2 ALCANCE DOS OBJETIVOS

Os objetivos desta pesquisa foram alcançados, que era de descrever através de um estudo de caso as vantagens e desvantagens da implantação da Nota Fiscal eletrônica através de um estudo de caso em uma concessionária de serviços público de Santa Catarina.

Além de demonstrar resumidamente a legislação vigente referente ao tema abordado, analisar a diferença entre o sistema manual de emissão de nota fiscal e novo sistema digital de emissão da NF-e, assim como demonstrar impactos na operacionalidade e no desempenho da empresa.

4.3 LIMITAÇÕES

Sobre limitações desta pesquisa pode ser destacado o pouco tempo de utilização da nota fiscal eletrônica pela empresa estudada, a opção pelo uso da nota fiscal eletrônica ter partido de uma obrigação legal, e não por uma opção de melhoria nos processos internos.

4.4 RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se para pesquisas futuras estudar novos projetos em andamento previstos pelo Fisco, assim como novas formas de cruzamento de informações das operações comerciais realizadas em meio digital, outros setores da sociedade que também terão que se adaptar as inovações tecnológicas como a Nota Fiscal Avulsa Eletrônica (NFA-e), destinada aos contribuintes inscritos em Santa Catarina e não obrigados ao uso da NF-e.

REFERÊNCIAS

BEUREN Ilse Maria, et al. Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas 2010.

BRASIL.MINISTÉRIO DA FAZENDA. Portal da Nota Fiscal Eletrônica. Disponível em <<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/sobreNFe.aspx?tipoConteudo=HaV+iXy7HdM=>> Acesso em 23 de setembro de 2011.

BRASIL.MINISTÉRIO DA FAZENDA.
<http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/ajustes/2005/aj_007_05.htm> Acesso em 24 de setembro de 2011.

BRASIL.MINISTÉRIO DA FAZENDA. Portal da Nota Fiscal Eletrônica/Sobre a NF-e. Disponível em
<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/sobreNFe.aspx?tipoConteudo=HaV+iXy7HdM=>
Acesso em 12 de outubro de 2011

BRASIL.MINISTÉRIO DA FAZENDA.Sped/Sobre o Projeto. Disponível em
<www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/apresentacao.htm>
Acesso em 04 de Novembro de 2011

BRASIL. SEFAZ. Descrição do processo da nota fiscal eletrônica Disponível em
<<http://www.sefaz.ma.gov.br/NFE/descricao.asp>> Acesso em 14 de Novembro de 2011

BRASIL.MINISTÉRIO DA FAZENDA. Portal da Nota Fiscal Eletrônica/Manual de Integração do Contribuinte Versão 4.0.1 Disponível em
<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/listaConteudo.aspx?tipoConteudo=33ol5hhSYZk=>
Acessado em 15 de Novembro de 2011.

BRASIL.MINISTÉRIO DA FAZENDA.CONFAZ/Protocolos. Disponível em
http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/protocolos/icms/2009/pt042_09.htm
Acessado em 15 de Novembro de 2011.

Kohama, Heilio. Contabilidade Pública, Teoria e Prática. Ed. Atlas. São Paulo 2010.

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva Oliveira. et al Métodos e Técnicas de Pesquisa em Contabilidade. Ed. Saraiva São Paulo 2003.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de; Contabilidade Tributária. Ed. Saraiva 3º ed rev. e atualizada. São Paulo, 2009.

SANTA CATARINA. RICMS ANEXO 5. Regulmaneto do ICMS do Estado de Santa Catarina. Disponível em <<http://www.sef.sc.gov.br>> Acesso em 03 de novembro de 2011

TURBAN, Efraim; RAINER JR, R. Kelly; POTTER, Richard E. Introdução a Sistemas de Informação: Uma Abordagem Gerencial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007 – 2º reimpressão

TURBAN, Efrain; McLEAN, Ephraim; WETHERBE, James. Tecnologia da Informação para Gestão: Transformando Negócios na Economia Digital. Bookman, 2004.

APÊNDICE A
 QUESTIONÁRIO APLICADO AO COLABORADOR DO SETOR CONTÁBIL DA EMPRESA
 PESQUISADA.

Processo antes da NF-e

- 1- Como era o processo de emissão da nota-fiscal anterior ao da NF-e ?
- 2- Quantas pessoas eram necessárias para realizar a emissão da nota fiscal do modelo antigo?
- 3- Quanto tempo levava até a liberação da nota fiscal do modelo antigo para os clientes e fornecedores?

NF-e

Decisão

- 4- Porque a empresa optou pela utilização da NF-e ?
- 5- Quais benefícios vistos pela empresa para a utilização da NF-e ?

Implementação

- 6- Como foi o planejamento da implantação NF-e ?
- 7- A implementação foi realizada pela própria organização ou foi necessário auxílio externo (consultoria, contratação de equipe de T.I terceirizada) ?
- 8- Qual foi o processo de instalação da NF-e ?
- 9- Ocorreram problemas durante a implementação da NF-e ? Se sim, quais e de que forma foram resolvidos?
- 10- Houve treinamento de colaboradores para o uso da NF-e ? Se sim, como foi procedido?
- 11- Por parte dos colaboradores e ou gestores houve resistência? Se sim, como foi resolvida?

Utilização

- 12- Os benefícios esperados ocorreram após o termino do processo de implementação?
- 13- Notaram-se vantagens não esperadas? Quais ?
- 14- Notaram-se desvantagens no uso da NF-e ? Quais ?
- 15- O uso da NF-e, atende as expectativas da empresa? Como?

Impactos

- 16- È possível observar melhora de desempenho de algum setor da empresa devido ao uso da NF-e ? Quais ?
- 17- E empresa teve melhora no desempenho geral devido ao uso da NF-e ? Quais ?
- 18- Como é a integração entre fornecedor / empresa com o uso da NF-e ?
- 19- Como é a integração empresa/cliente com o uso da NF-e ?
- 20- Houve maior integração com fornecedores e clientes com o uso da NF-e?

Vantagens e Desvantagens.

- 21- Quais as principais vantagens do uso da NF-e comparado ao uso do modelo antigo para a empresa ?
- 22- Quais as principais desvantagens do uso da NF-e comparado ao uso do modelo antigo para a empresa ?

